

Apresentação dos Resultados

2T22

Informações Financeiras Intermediárias
30.06.2022

Departamento Econômico Financeiro

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço Patrimonial	1
Demonstração do Resultado	2
Demonstração do Resultado Abrangente	3
Demonstração do Fluxo de Caixa	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	5
Notas Explicativas.....	6
Comentário do Desempenho	33

Pareceres e Declarações

Relatório de Revisão das Informações Contábeis Intermediárias - Sem Ressalva.....	35
---	----

Informações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2022 e 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(valores em milhares de reais)

ATIVO	30.06.22	31.12.21	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.06.22	31.12.21
CIRCULANTE	176.260	258.374	CIRCULANTE	155.156	126.058
Disponibilidades - Recursos Próprios (nota 04)	142.580	217.100	Fornecedores (nota 09)	5.576	11.872
Disponibilidades - Recursos Vinculados (nota 04)	7.905	7.643	Salários e Remunerações a Pagar (nota 10)	65.496	41.672
Clientes e Outras Contas a Receber	639	553	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 11)	17.461	18.135
Adiantamentos a Empregados	8.093	2.608	Adiantamentos de Convênios (nota 12)	4.264	6.507
Impostos a Recuperar	846	10.770	Adiantamentos de Clientes	708	325
Parcelamentos a Receber (nota 05)	14.298	15.066	Outras Contas a Pagar	2.046	1.904
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 06)	621	3.629	Provisão para Contingências (nota 13)	59.050	18.716
Estoques	721	626	Provisão para Contribuição Social (nota 22)	555	10.958
Despesas Exercício Seguinte	557	379	Dividendos Propostos	0	15.969
NÃO CIRCULANTE	186.583	173.854	NÃO CIRCULANTE	36.030	32.905
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	51.447	57.487	Impostos Reservas de Reavaliação	483	1.326
Depósitos Judiciais (nota 13)	9.782	9.498	Adiantamentos de Convênios (nota 12)	3.641	1.136
Adiantamentos a Empregados	2.446	2.804	Provisão para Contingências (nota 13)	31.906	30.443
Parcelamentos a Receber (nota 05)	20.130	26.356	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	171.657	273.265
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 06)	17.819	17.430	Capital Social (nota 14a)	169.577	169.577
Impostos a Recuperar	1.270	1.399	Ações em Tesouraria (-)	(1)	(1)
IMOBILIZADO (nota 07)	131.943	112.317	Reservas de Capital (nota 14b)	3.834	3.834
INVESTIMENTO	8	8	Reservas de Reavaliação (nota 14c)	19.424	18.691
INTANGÍVEL (nota 08)	3.185	4.042	Reservas Legal (nota 14 d)	3.362	3.362
			Reservas de Lucros a Realizar (nota 14 e)	29.894	77.802
			Lucros/Prejuízos Acumulados (nota 14 f)	(54.433)	0
TOTAL	362.843	432.228	TOTAL	362.843	432.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Informações Financeiras Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2022 e 2021

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
(valores em milhares de reais)

	nota	30.06.2022 ACUMULADO	30.06.2021 ACUMULADO	2º Trimestre 2022 ACUMULADO	2º Trimestre 2021 ACUMULADO
RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS					
Subvenção de Custeio		19.823	90.497	2.340	43.531
Exercício do Poder de Polícia Delegado		200.598	178.419	99.372	94.354
Venda de Serviços e Produtos		8.595	4.232	4.837	2.568
Deduções		(10.464)	(10.142)	(5.342)	(4.878)
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	15	218.552	263.006	101.207	135.575
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS					
	16	(184.339)	(154.474)	(97.076)	(77.932)
LUCRO BRUTO		34.213	108.532	4.131	57.643
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas Administrativas	16	(83.930)	(70.180)	(41.335)	(33.966)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		3.738	3.296	1.722	1.795
Outras Despesas e Receitas Operacionais	17	(39.935)	1.804	(39.280)	(10.817)
		(120.127)	(65.080)	(78.893)	(42.988)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS		(85.914)	43.452	(74.762)	14.655
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	18	15.951	8.832	8.148	5.866
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(69.963)	52.284	(66.614)	20.521
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(555)	(1.781)	-	(2.287)
PREJUÍZO/LUCRO DO PERÍODO		(70.518)	50.503	(66.614)	18.234
PREJUÍZO/LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL		(R\$0,54)	R\$0,93	(R\$0,46)	R\$0,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Informações Financeiras Intermediárias - 30 de junho de 2022 e 2021

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(valores em milhares de reais)

	30.06.2022 Acumulado	30.06.2021 Acumulado	2º Trimestre 2022 Acumulado	2º Trimestre 2021 Acumulado
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(70.518)	52.284	(66.614)	20.134
Realização das reservas de reavaliação	(119)	(119)	(60)	(60)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	156	156	78	78
Ajuste de exercícios anteriores	16.618	14.356	8.377	7.195
Contribuição Social Exercício Anterior	(689)			
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(54.552)	66.677	(58.219)	27.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Informações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2022 e 2021

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(valores em milhares de reais)

	30.06.2022	30.06.2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo/Lucro do Exercício	(70.518)	52.284
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão Contingências Trabalhistas/Cíveis	41.797	(11.321)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	20.559	22.659
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	2.913	12.383
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados	6.993	0
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(10.403)	0
Depreciação do Imobilizado	5.900	6.066
Amortização do Intangível	857	987
Realização Reserva de Reavaliação	37	37
Realização Reserva de Lucros a Realizar	(689)	0
Compensação de Encargos Previdenciários	16.618	14.356
Reversão do Diferimento da Tributação	852	0
Baixas no Ativo Imobilizado	1.813	0
Subtotal	16.729	97.451
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		
Clientes e Outras Contas a Receber	(86)	(94)
Adiantamentos a Empregados	(5.127)	(2.220)
Impostos a Recuperar	10.053	52
Parcelamentos a Receber	4.081	(1.544)
Valores a Receber - Dívida Ativa	(17.940)	(28.380)
Estoques	(95)	35
Despesas Exercício Seguinte	(178)	(30)
Distribuição de Dividendos	(63.877)	0
Depósitos Restituíveis	(284)	343
Subtotal	(73.453)	(31.838)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	(6.296)	241
Salários e Remunerações a Pagar	16.831	11.444
Impostos e Contribuições a Recolher	(674)	(2.068)
Adiantamentos de Convênios	262	(4.002)
Adiantamentos de Clientes	383	(8)
Outras Contas a Pagar	142	42
Impostos Reservas de Reavaliação	(843)	(37)
Subtotal	9.805	5.612
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	(46.919)	71.225
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(27.339)	(1.162)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(27.339)	(1.162)
Atividades de Financiamento		
Bens recebidos em Doação	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	-	-
Capital Circulante Líquido	(74.258)	70.063
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	224.743	55.875
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	150.485	125.938
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	(74.258)	70.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Informações Financeiras Intermediárias - 30 de Junho de 2022 e 2021
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores em milhares de reais)

	Capital	Ações em	Reservas	Reserva de Lucros		Reservas de	Lucros	Total
	Social	Tesouraria	de Capital	Reservas Legal	Reservas Lucros a Realizar	Reavaliação	ou Prejuízos Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	169.577	(1)	3.834	-	29.582	18.928	-	221.920
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(119)	-	(119)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	156	156
Bens Recebidos em Doação	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do Período	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Exercícios Anteriores:								
Compensação Encargos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	7.161	7.161
Lucro do Período	-	-	-	-	-	-	32.704	32.704
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	169.577	(1)	3.834	-	29.582	18.809	40.021	261.822
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	169.577	(1)	3.834	3.362	77.802	18.691	-	273.265
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(119)	-	(119)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	156	156
Reserva de Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(70.518)	(70.518)
Resultado Exercícios Anteriores:								
Compensação Encargos Previdenciários (nota 3 i)	-	-	-	-	-	-	16.618	16.618
Reversão do diferimento da tributação - Imposto de Renda	-	-	-	-	-	852	-	852
Contribuição Social Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	(689)	(689)
Apropriação do Resultado do Exercício:								
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(47.908)	-	-	(47.908)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	169.577	(1)	3.834	3.362	29.894	19.424	(54.433)	171.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o trimestre

a) Disponibilidades

Em 25/04/2022, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária onde foi tratada a destinação do resultado apurado no exercício de 2021. Por fim, o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC decidiu pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, sendo R\$ 15.969 de dividendos obrigatórios e R\$ 47.908 de dividendos adicionais. A transferência dos recursos ocorreu em 20/05/2022.

b) Diminuição da subvenção econômica

Em continuidade à política adotada a partir de fevereiro, o acionista controlador, a Secretaria da Fazenda, manteve o contingenciamento dos recursos consignados pela Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.498/21) para pagamento de “Pessoal e Encargos Sociais” à CETESB. Assim, deixaram de ser repassados no segundo trimestre R\$ 39.975, totalizando R\$ 50.702

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

contingenciados no ano.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e conseqüentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no 2º trimestre de 2022 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, a Companhia realizava testes de recuperação dos ativos ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios / gatilhos internos ou externos que assim o determinem. Atualmente, é realizado o teste de impairment conforme previsto na NBC TG 01 (R4), visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e o intangível.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Normas e interpretações novas e revisadas

Até 30 de junho de 2022, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente ao exercício anterior.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original mediante o fato dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando for possível a reversão à Companhia.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 13.

d) Imobilizado

Até o período de 31/12/2003 o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Lei nº 11.638/07. A Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua anualmente ou quando há indícios de perda, o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4).

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 8).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 30 de junho de 2022.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real, e em 30/06/2022, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou na base de cálculo negativa de R\$ 4.706, ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Gestão Previdenciária

A Companhia firmou contrato de prestação de serviços em outubro de 2020 para aferição dos pagamentos de encargos previdenciários, identificando valores pagos a maior, inclusive dos últimos 5 exercícios. Até 30 de junho de 2022, foram apurados valores pagos a maior dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no montante de R\$ 46.464, os quais vêm sendo compensados no recolhimento do INSS patronal. No 2º trimestre de 2022 o valor aproveitado foi de R\$ 16.618.

j) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

k) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa 12) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Bancos	2.488	968
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	140.092	216.132
Total Recursos Próprios	142.580	217.100
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	7.905	7.643
Total	150.485	224.743

5. PARCELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados na periodicidade trimestral ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, constatada inadimplência recorrente evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. A partir de 30/06/2021 constitui-se provisão de perda para os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício, é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Multas Fontes Móveis	1.881	2.170	21.793	19.777
Multas Fontes Estacionárias	7.474	8.228	15.982	17.620
Multas Agenda Verde	5.203	5.053	7.582	8.429
Assistência Médica	101	31	513	469
Cursos	-	-	7	7
PCLD	(361)	(416)	(28.956)	(26.043)
Atualização Legal	-	-	3.209	6.097
Total	14.298	15.066	20.130	26.356

6. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA

No segundo trimestre de 2022, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 98%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico que realizou uma análise da média histórica de recebimentos, para o triênio de 2018 a 2020, identificando que os valores de recebimento não ultrapassaram em média 3% do saldo dos títulos inscritos na Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado. Referido estudo foi aprovado na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração.

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	8.878	7.328
Arrecadação de multas a repassar	443	3.483
PCLD (-)	<u>(8.700)</u>	<u>(7.182)</u>
Total	621	3.629

b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	846.748	796.334
PCLD (-)	(829.813)	(780.407)
Atualização Legal	41.926	72.855
PCLD (-)	(41.088)	(71.398)
CDA's pagas com código indevido	2.294	2.294
PCLD (-)	<u>(2.248)</u>	<u>(2.248)</u>
Total	17.819	17.430

c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Multas Fontes Estacionárias	764.056	713.971
Multas Fontes Móveis	345	320
Multas Agenda Verde	<u>65.412</u>	<u>66.116</u>
Total	829.813	780.407

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 10.150 inscrições, até 30 de junho de 2022.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação		30.06.2022		31.12.2021		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	63.183	(40.740)	22.443	62.766	(39.442)	23.324
Rede Telemétrica	10	2.288	(2.288)	-	2.288	(2.288)	-
Máquinas e Equipamentos	10	100.443	(73.182)	27.261	98.498	(70.155)	28.343
Móveis e Utensílios	10	5.492	(4.506)	986	5.475	(4.425)	1.050
Veículos e Embarcações	20 e 5	14.868	(14.054)	814	14.602	(13.908)	694
Microcomputadores/Periféricos	20	26.404	(19.900)	6.504	26.279	(19.194)	7.085
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	34.887	(8.857)	26.030	34.757	(8.223)	26.534
Outras Imobilizações		1.026	(159)	867	1.025	(149)	876
Imobilizações em Andamento		32.081	-	32.081	9.454	-	9.454
Total		295.629	(163.686)	131.943	270.101	(157.784)	112.317

b) Movimentação

	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Depreciações	30.06.2022
Terrenos	14.957	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	23.324	132	-	285	(1.298)	22.443
Rede Telemétrica	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	28.343	1.224	(69)	845	(3.082)	27.261
Móveis e Utensílios	1.050	71	(54)	4	(85)	986
Veículos e Embarcações	694	266	-	6	(152)	814
Microcomputadores/Periféricos	7.085	542	(512)	37	(648)	6.504
Benfeitorias em Prop.de 3º	26.534	167	(89)	52	(634)	26.030
Outras Imobilizações	876	1	-	(9)	(1)	867
Imobilizações em Andamento	9.454	24.936	-	(2.309)	-	32.081
Total	112.317	27.339	(724)	(1.089)	(5.900)	131.943

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2020</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf. Entre Contas</u>	<u>Depreciações</u>	<u>31.12.2021</u>
Terrenos	14.957	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	25.339	258	-	386	(2.659)	23.324
Rede Telemétrica	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	33.400	409	(56)	918	(6.328)	28.343
Móveis e Utensílios	1.107	225	(4)	-	(278)	1.050
Veículos e Embarcações	1.018	3	-	-	(327)	694
Microcomputadores/Periféricos	2.639	5.840	(82)	-	(1.312)	7.085
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.007	185	-	2.636	(1.294)	26.534
Outras Imobilizações	878	-	-	-	(2)	876
Imobilizações em Andamento	12.481	5.024	-	(8.051)	-	9.454
Total	116.826	11.944	(142)	(4.111)	(12.200)	112.317

8. INTANGÍVEL

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

Amortização		<u>30.06.2022</u>		<u>31.12.2021</u>		
Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
20	<u>13.197</u>	<u>10.012</u>	<u>3.185</u>	<u>13.197</u>	<u>9.155</u>	<u>4.042</u>
	13.197	10.012	3.185	13.197	9.155	4.042

b) Movimentação

	<u>31.12.2021</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf. Entre Contas</u>	<u>Amortizações</u>	<u>30.06.2022</u>
Software	4.042	-	-	-	(857)	3.185
Total	4.042	-	-	-	(857)	3.185

	<u>31.12.2020</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf. Entre Contas</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31.12.2021</u>
Software	2.179	-	-	4.111	(2.248)	4.042
Total	2.179	-	-	4.111	(2.248)	4.042

9. FORNECEDORES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais fornecedores estão destacados no quadro abaixo:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fornecimento Vale Refeição	-	1.377
Prestação de serviços diversos	980	1.012
Móveis e Utensílios	-	-
Materiais de Laboratório	524	258
Fornecimento Vale Alimentação	-	475
Serviços de Informática	678	803
Serviços Assistência Médica	285	1.075
Devolução de Taxas	282	293
Máquinas e Equipamentos	480	63
Veículos	266	-
Serviços de Limpeza	333	315
Energia Elétrica	138	313
Telefonia	210	90
Serviços de Segurança	165	139
Serviços Gestão Previdenciária	138	138
Serviços de Manutenção	1.053	239
Água e Esgoto	44	37
Equipamentos de Informática	-	5.245
Total	<u>5.576</u>	<u>11.872</u>

10. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Salários	45	28
Prov. Férias e Encargos Sociais	48.128	41.644
Prov. 13º Sal. e Enc. Sociais	10.306	-
Prov. Lic. Prêmio e Enc. Sociais	24	-
Prov. Partic. Progr. Resultados	6.993	-
Total	<u>65.496</u>	<u>41.672</u>

A Companhia provisiona os salários que são pagos dentro do mês. Nesta rubrica também são provisionadas as férias com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS) e licença prêmio.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CIRCULANTE	
	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Folha de Pagamento	15.677	16.554
De Terceiros	1.756	1.506
Outros	28	75
Total	<u>17.461</u>	<u>18.135</u>

12. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
FEHIDRO	2.227	1.506	2.056	-
DERSA	-	1.255	-	-
FID Secretaria da Justiça	-	686	-	-
COSAN	380	443	-	-
PETROBRAS	454	849	711	262
CERJU	276	-	644	874
FUNASA	-	26	-	-
SABESP	571	1.125	-	-
DAEE	153	425	230	-
LATU URUGUAI	203	192	-	-
Total	<u>4.264</u>	<u>6.507</u>	<u>3.641</u>	<u>1.136</u>

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo. Na tabela acima foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas.

Legenda e detalhes de alguns convênios: DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, compensação ambiental; FID – Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, dentre outros objetivos, destina-se a financiar projetos atribuídos ao ressarcimento à coletividade dos danos causados ao meio ambiente e SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

- a) Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Trabalhistas	46.934	6.995	7.347	7.299
Cíveis	12.116	11.721	5.193	4.296
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	-	-	19.366	18.848
Total	59.050	18.716	31.906	30.443

Depósitos judiciais de R\$ 9.782, em 30/06/2022 (R\$ 9.498 em 31/12/2021), registrados no Ativo não Circulante, foram efetuados para contingências trabalhistas e cíveis.

- b) A movimentação das provisões no 2º trimestre de 2022 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2021	14.294	16.017	18.848
Adições	41.285	1.491	518
Baixas / Reversões (-)	(1.298)	(199)	-
Saldo em 30/06/2022	54.281	17.309	19.366

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, e estes litígios tramitam tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, os quais, quando aplicáveis, estão resguardados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seu Departamento Jurídico.

A seguir, o detalhamento da natureza das Provisões:

c.1) Provisão para Contingências Trabalhistas – consiste, principalmente, de (i) ação decorrente do Dissídio Coletivo, (ii) reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e (iii) diferenças de verbas rescisórias.

Em 18.07.2022, foi disponibilizada decisão no âmbito da Ação de Cumprimento nº 1000578-68.2022.5.02.0009, decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos 2020 e 2021, envolvendo todos os empregados da CETESB, julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados para condená-la ao pagamento das seguintes parcelas aos trabalhadores:

a) valores retroativos do Reajuste Normativo assegurado pela cláusula 3ª da Sentença Normativa de 2020, exarada pelo processo nº 1006067- 84.2020.5.02.0000, de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento), a partir de 01 de maio de 2020, sobre o salário vigente em 30.04.2020, até dezembro de 2021, com os respectivos reflexos;

b) diferenças devidas pela cláusula 11ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, que concedeu o Vale Alimentação no valor facial total de R\$ 284,40 (duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), desde a data base de 1º de maio de 2020 a dezembro de 2021;

c) diferenças devidas pela cláusula 12ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, que concedeu o Vale Refeição Comercial com valor total equivalente a 24 (vinte e quatro) vales no valor facial de R\$ 34,40 (trinta e quatro reais e quarenta centavos), desde a data base de 1º de maio de 2020 a dezembro de 2021;

d) multa, por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário base em favor dos empregados substituídos prejudicados, conforme a cláusula 40ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067- 84.2020.5.02.0000 em decorrência dos descumprimentos acima;

e) valores retroativos do Reajuste Normativo assegurado pela cláusula 3ª da Sentença Normativa de 2021, exarada pelo processo nº 1002714- 02.2021.5.02.0000, de 7,81% (sete inteiros e oitenta e um centésimos por cento), a partir de 01 de maio de 2021 à dezembro de 2021, sobre o salário vigente em 30.04.2021;

f) diferenças devidas pela cláusula 11ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1002714- 02.2021.5.02.0000, do Vale Alimentação no valor facial total de R\$ 306,61 (trezentos e seis reais e sessenta e um centavos), desde a data base de 1º de maio de 2021 até dezembro de 2021;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) diferenças devidas pela cláusula 12^a da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1002714- 02.2021.5.02.0000, do Vale Refeição Comercial com valor total equivalente a 24 (vinte e quatro) vales no valor facial de R\$ 37,09 (trinta e sete reais e nove centavos) com participação dos empregados, proporcionalmente à faixa salarial, desde a data base de 1º de maio de 2021 até dezembro de 2021.

Contra a referida decisão, a CETESB interpôs Recurso Ordinário com pedido de efeito suspensivo no TST, para o qual aguarda julgamento.

Paralelamente, as entidades sindicais iniciaram a execução provisória da Ação de Cumprimento das sentenças normativas proferidas nos Dissídios Coletivos de 2020/2021 e 2021/2022, Processo nº 1001136-54.2022.5.02.0069, tendo sido determinado pelo MM. Juízo que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir de 22.08.2022, a CETESB apresentasse os cálculos dos valores referentes aos respectivos dissídios coletivos, retroativos às suas respectivas datas bases, com aplicação de correção monetária e juros, bem como, com a aplicação de multa por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% do salário base em favor dos empregados. Os cálculos foram elaborados e apresentados pela CETESB no prazo legal (31.08.2022), totalizando R\$ 42.001.785,69, que correspondem aos proventos, benefícios, encargos e outras indenizações (multa e honorários advocatícios). Os cálculos foram homologados e, a CETESB deverá depositar em 07.10.2022 o valor líquido em Juízo, que corresponde a R\$40.226.879,58. A Cetesb solicitou prazo para esse depósito, concedido.

c.2) Provisão para Contingências Cíveis – consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos licenciatórios. Devido à mudança na gerência do Departamento Jurídico, houve uma revisão na metodologia anteriormente aplicada, adotando-se o valor da causa como base do provisionamento.

c.3) Provisão para Contingências Fiscais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

c.3.1) Exercício de 2009 - No exercício de 2014, foi contabilizado o valor de R\$ 36.587 referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas ao exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, em fiscalização concluída no exercício em questão. O montante atualizado em 30/06/2022 é de R\$ 54.489, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 19.366, como perda provável e R\$ 45.123 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida esta garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.3.2) Exercício de 2013 – Ainda sobre o processo relativo à fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27/09/2018, o órgão emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249, sendo que a Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 e multa de R\$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 pela 10ª Turma da DRJ/SPO, a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548, cujo valor atualizado em 30/06/2022 é de R\$ 5.609. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda julgamento.

Em 31/12/2021, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como perda possível.

c.3.3) Exercícios de 2016 e 2017 – A Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo instaurou procedimentos fiscais com o objetivo de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Em 13.01.2021, após a análise da documentação, foi lavrado Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal, em relação a (i) CSLL, instaurado o Processo nº 15746-720.053/2021-37, implicando a lavratura do Auto de Infração e a constituição do crédito tributário no valor de R\$ 4.543; (ii) PIS/PASEP e COFINS, instaurado o Processo nº 15746-720.052/2021- 92, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram o valor de R\$ 24.656, cujo valor

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualizado em 30/06/2022 é de R\$ 26.563. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Após o esgotamento da esfera administrativa, caberá avaliação de eventual propositura de ação judicial a depender do entendimento jurisprudencial à época do seu encerramento. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações e há discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como perda possível.

d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Trabalhistas	12.072	11.927
Cíveis	225.215	127.200
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	45.123	43.935
Auto Infração - 2013 (2)	5.609	5.394
Autos Infrações - 2016/17 (3)	<u>26.563</u>	<u>25.467</u>
Total	<u>314.582</u>	<u>213.923</u>

(1) *Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL.*

Ação judicial em curso mediante seguro garantia.

(2) *Receita Federal - Auto de infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL.*

A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

(3) *Receita Federal - Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL.*

A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social:** o capital social está representado por 5.652.551.863 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 169.577, em 30/06/2022, sendo 99,9999% pertencentes à Fazenda do Estado de São Paulo e 0,0001% de ações em tesouraria;
- b) **Reservas de Capital:** O montante de R\$ 3.834 refere-se aos exercícios anteriores;
- c) **Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No 2º trimestre de 2022, houve a realização do montante de R\$ 119, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. No mesmo período também foi reconhecido o montante de R\$ 156, em contrapartida a conta de Lucros Acumulados, relativo ao diferimento da tributação das respectivas reservas. Em 30/06/2022 foi efetuada a reversão do diferimento da tributação do Imposto de Renda no valor de R\$ 852, pautado na ACO 2304, que concede à CETESB a imunidade tributária sobre os impostos. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 19.424 e R\$ 18.691 em 31/12/2021;
- d) **Reserva legal:** Compreende a constituição da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício de 2021, sendo que o seu valor estava agrupado como reservas de lucros a realizar no demonstrativo do exercício de 2021, sendo apartado para melhor evidenciação desta conta.
- e) **Reservas de Lucros a Realizar:** compreende os valores referentes aos resultados acumulados de exercício anteriores e a distribuição dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 47.908 distribuídos à Fazenda do Estado de São Paulo.
- f) **Lucros/Prejuízos Acumulados:** compreende o prejuízo acumulado no 2º trimestre de 2022 no montante de R\$ 70.518; a realização da reavaliação de edifícios no valor acumulado de R\$ 156; as compensações de encargos previdenciários de exercícios anteriores no valor de R\$ 16.618 e o ajuste da apuração da CSLL no valor de R\$ 689 que foi recolhido no exercício de 2022.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita “Subvenção Econômica”, que até 30/06/2022 representou 9% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de “empresa dependente”, consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei estadual nº 17.309 de 29/12/2020 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 20. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto nº 65.488 de 22/01/2021 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto nº 8.468 de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto nº 62.973 de 28/11/2017 e Decreto nº 64.512 de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>2º Tri 22</u>	<u>2º Tri 21</u>
Subvenção Econômica	19.823	90.497	2.340	43.531
Exercício de Poder de Polícia				
Licenciamento	148.690	136.154	78.428	83.127
Multas Ambientais	28.969	26.489	13.281	11.228
Taxa de Fiscalização Ambiental	22.939	15.776	7.663	0
Subtotal	200.598	178.419	99.372	94.355
Venda de Serviços/Produtos				
Certificação Veículos/Motocicletas	5.353	2.729	2.619	1.398
Fehidro Agente Técnico	1.003	-	554	-
Emissão de Certidões	507	361	263	206
FECOP	961	-	961	-
Conv. ANA	-	763	-	763
Cursos	523	153	377	101
Análises Laboratoriais	245	140	120	54
Demais Receitas	3	86	(56)	46
Subtotal	8.595	4.232	4.838	2.568
Deduções				
ISS/ICMS	(306)	(155)	(156)	(80)
PASEP/COFINS	(7.455)	(6.580)	(3.666)	(3.515)
Devoluções Licenciamento	(2.629)	(2.167)	(1.477)	(645)
Cancelamentos de Multas Ambientais	(74)	(1.240)	(42)	(639)
Subtotal	(10.464)	(10.142)	(5.341)	(4.879)
Total	218.552	263.006	101.209	135.575

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados			
	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>2º Tri 2022</u>	<u>2º Tri 2021</u>
Pessoal e Reflexos	162.166	139.496	85.160	70.396
Remuneração Diretoria	396	396	199	193
Materiais	5.057	1.500	3.022	525
Serviços de Terceiros	6.045	3.806	3.205	1.967
Viagens	354	81	224	34
Aluguéis	342	248	168	125
Utilidades	1.933	1.436	949	751
Imp/Taxas e Contribuições	318	102	170	19
Depreciações/Amortizações	4.831	4.859	2.427	2.415
Distribuição de Custos	2.176	1.809	1.147	971
Demais Despesas	721	741	405	538
Total	<u>184.339</u>	<u>154.474</u>	<u>97.076</u>	<u>77.934</u>

b) Despesas

	Despesas Gerais e Administrativas			
	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>2º Tri 2022</u>	<u>2º Tri 2021</u>
Pessoal e Reflexos	61.513	50.723	35.449	29.840
Pessoal Afastamento SIMA	8.123	7.719	404	(1.067)
Pessoal Afastamento Fund Florestal	151	141	22	141
Remuneração Diretoria	417	264	286	132
Remun.Órgãos Estatutários	707	720	347	360
Recup.Pessoal Afastamentos Outros Órgãos	(111)	(112)	(49)	(45)
Materiais	1.363	397	512	188
Serviços de Terceiros	5.766	4.333	3.106	3.363
Servs.Prestados Partes Relacionadas	127	-	(4)	(84)
Viagens	256	146	164	73
Aluguéis	114	160	60	46
Utilidades	1.093	977	518	536
Seguros	342	139	289	73
Imp/Taxas e Contribuições	708	3.228	(236)	2.271
Depreciações/Amortizações	2.592	2.194	1.103	1.164
Distribuição de Custos	(2.176)	(1.809)	(1.147)	(971)
Demais Despesas	2.945	960	515	667
Total	<u>83.930</u>	<u>70.180</u>	<u>41.339</u>	<u>36.687</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>2º Tri 2022</u>	<u>2º Tri 2021</u>
Recuperação Despesas de Convênios	5.779	5.864	3.760	1.747
Outras Recuperações	30	92	23	10
Provisões e Reversões de Contingências				
Trabalhistas/Cíveis e Outras	(46.637)	(4.189)	(43.496)	(12.139)
Outras Despesas e Receitas	893	37	2.655	129
Total	(39.935)	1.804	(37.058)	(10.253)

18. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>2º Tri 2022</u>	<u>2º Tri 2021</u>
Receitas Financeiras				
Atualização Legal PGE	838	2.884	452	1.365
Atualização Legal Outros	6.313	6.597	3.177	4.189
Outras Receitas Financeiras	9.976	116	5.011	45
Total	17.127	9.597	8.640	5.599
(-) Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	(286)	(174)	(169)	(119)
Atualização Legal	(593)	(536)	(252)	(124)
Outras Despesas Financeiras	(297)	(55)	(277)	(54)
Total	(1.176)	(765)	(698)	(297)
RESULTADO FINANCEIRO	15.951	8.832	7.942	5.302

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 29/04/2019, com vigência a partir de 01/05/2019, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

b) Transações com Entidades Estaduais

I) Serviços contratados

Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 127 e R\$ 73 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”:

Empresas	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
SABESP	43	17
PRODESP	84	41
IMESP	-	15
Total	<u>127</u>	<u>73</u>

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no 2º trimestre de 2022 e 2021 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 3.942 e R\$ 1.969, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

Empresas	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
CDHU	-	14
CESP	3	-
CPTM	1	107
DAEE	36	102
DER	10	13
EMAE	6	-
EMTU	1	11
IPT	3	-
METRO	4	109
SABESP	3.875	1.610
USP	3	3
Total	<u>3.942</u>	<u>1.969</u>

A contabilização dos gastos referentes aos custeios e despesas junto à SIMA e Fundação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Florestal-FF, bem como, os valores provenientes aos dispêndios relativos à cessão de empregados da Companhia aos referidos órgãos foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA/SP)
30.06.2022 **30.06.2021**

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	7.570	-	7.570	-	6.759	-	6.759
Benefícios a empregados	-	553	-	553	-	961	-	961
Telefone	-	3	-	3	-	-	-	-
Aprop. Depreciação	-	89	-	89	-	65	-	65
Mat.Manut.Edifícios Inst.	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	138	-	138	-	77	-	77
Água/Esgoto	-	34	-	34	-	18	-	18
IPTU	-	127	-	127	-	118	-	118
Outros Materiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv. Terceiros	-	281	-	281	-	249	-	249
TOTAL		8.795		8.795		8.247		8.247

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA/SP)
2º Trimestre 2022 **2º Trimestre 2021**

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	696	-	696	-	84	-	84
Benefícios a empregados	-	(292)	-	(292)	-	255	-	255
Telefone	-	1	-	1	-	-	-	-
Aprop. Depreciação	-	(1)	-	(1)	-	(2)	-	(2)
Mat.Manut.Edifícios Inst.	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	13	-	13	-	(6)	-	(6)
Água/Esgoto	-	5	-	5	-	(11)	-	(11)
IPTU	-	43	-	43	-	1	-	1
Outros Materiais	-	(4)	-	(4)	-	-	-	-
Serv. Terceiros	-	(39)	-	(39)	-	7	-	7
TOTAL		422		422		328		328

Fundação Florestal
30.06.2022

30.06.2021

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	133	-	133	-	115	-	115
Benefícios a empregados	-	18	-	18	-	25	-	25
Telefone	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprop. Depreciação	-	27	-	27	-	1	-	1
Mat.Manut.Edifícios Inst.	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	56	-	56	-	25	-	25
Água/Esgoto	-	14	-	14	-	1	-	1
IPTU	-	51	-	51	-	47	-	47
Outros Materiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv. Terceiros	-	113	-	113	-	95	-	95
TOTAL		412		412		309		309

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Fundação Florestal				2º Trimestre 2021			
	2º Trimestre 2022							
	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	13	-	13	-	3	-	3
Benefícios a empregados	-	9	-	9	-	9	-	9
Telefone	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprop. Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Mat. Manut. Edifícios Inst.	-	(2)	-	(2)	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	5	-	5	-	(2)	-	(2)
Água/Esgoto	-	2	-	2	-	-	-	-
IPTU	-	17	-	17	-	-	-	-
Outros Materiais	-	(2)	-	(2)	-	-	-	-
Serv. Terceiros	-	10	-	10	-	3	-	3
TOTAL		52		52		13		13

c) Afastamento de Empregados

Em 30 de junho de 2022, a CETESB possuía 126 empregados afastados à SIMA e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica “Pessoal Afastamentos SIMA e Fundação Florestal”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 8.123 e R\$ 151 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 16.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica “Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 111, demonstradas na nota explicativa nº 16.

d) Utilização de Imóveis

A SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente ocupa, desde 1995, cerca de 24% da área do imóvel da sede da CETESB. Essas despesas estão contabilizadas e demonstradas no quadro o item “c”.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SIMA	2013	Indeterminado
Bauru	DER	2005	Indeterminado
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Guarulhos	SIMA	2017	25/10/2038
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jundiaí	DER	2003	Indeterminado
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	DAEE	2012	15/10/2022
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
São Bernardo do Campo	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SIMA	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado

21. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica “Remuneração de Órgãos Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas”.

	Valores				Número de Membros	
	30.06.2022	30.06.2021	2º Tri 2022	2º Tri 2021	30.06.2022	30.06.2021
Conselho de Administração	381	395	184	198	10	11
Comitê de Auditoria (*)	193	193	96	96	3	3
Conselho Fiscal	132	132	66	66	5	5
Diretoria	1.177	660	848	325	5	5
Total	1.883	1.380	1.194	685	23	24

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações. No mês de junho de 2022, a Diretoria recebeu a título de

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prêmio Eventual Anual o valor de R\$ 508 referente à distribuição de dividendos ao Acionista Majoritário, conforme deliberado na AGO de 25/04/2022.

22. IMPOSTOS A RECUPERAR:

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Imposto de Renda	202	100
Pasep	5	3
Cofins	23	15
CSLL	61	44
Antecipação de Contribuição Social	555	2.166
Total	846	2.328

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes à 30 de junho de 2022 além das divulgações na Nota 13 c.1), que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações, da Companhia.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras referentes ao 2º trimestre de 2022 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada conforme ata de reunião realizada no dia 27/09/2022.

Análise de Desempenho

2º TRIMESTRE DE 2022

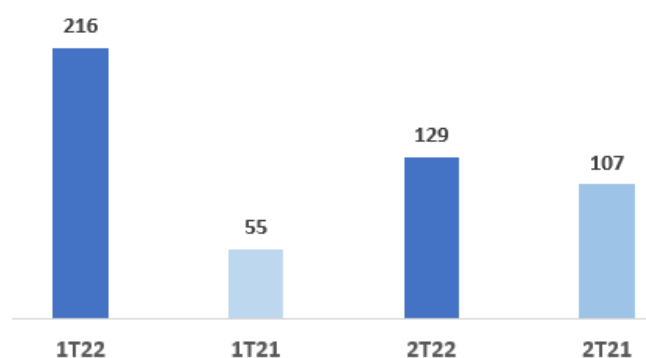
O primeiro semestre de 2022 apresentou-se bastante desafiador para a Companhia. O dissídio coletivo, em janeiro, e a negociação salarial, em maio, proporcionaram o aumento de despesas com pessoal em 22,87% (10,61% e 12,26%, respectivamente). Não obstante, em fevereiro, houve o contingenciamento dos recursos de subvenção do Tesouro consignados na LOA para pagamento de despesas com pessoal.

80%

A menos de recursos do Tesouro foram repassados à CETESB em relação ao mesmo período de 2021 (R\$ 84 milhões).

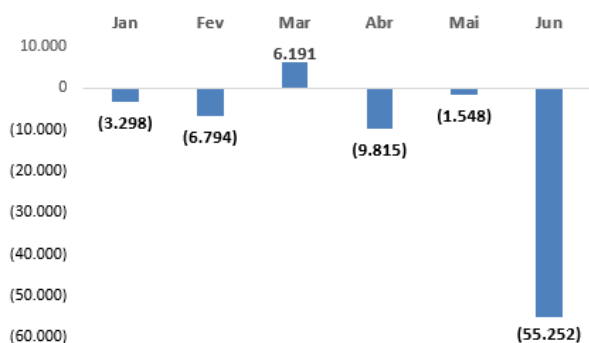
Assim sendo, a CETESB passou a suportar as suas despesas com recursos próprios advindos de suas atividades. Nesse aspecto, o intuito do acionista controlador (Fazenda do Estado) foi o de diminuir o caixa da Companhia, considerado elevado em se tratando de empresa pública dependente. Com o mesmo propósito, na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 25 de abril de 2022, o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC tratou, através do Parecer CODEC 029/2022, da destinação do resultado apurado no exercício de 2021. Nesse sentido, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877 mil ao acionista único da CETESB, a Secretaria da Fazenda do Estado. O repasse ocorreu em maio, e consumiu substancialmente o caixa da Companhia, conforme no gráfico abaixo, quando comparamos o 1T22 com o 2T22.

Histórico de Geração de Caixa (R\$ milhões)



Em agosto, antes da assinatura do Relatório de Auditoria Independente, as entidades sindicais iniciaram a execução provisória da Ação de Cumprimento das sentenças normativas proferidas nos Dissídios Coletivos de 2020/2021 e 2021/2022, Processo nº 1001136-54.2022.5.02.0069, tendo sido determinado pelo MM. Juízo que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir de 22.08.2022, a CETESB apresentasse os cálculos dos valores referentes aos respectivos dissídios coletivos, retroativos às suas respectivas datas bases, com aplicação de correção monetária e juros, bem como, com a aplicação de multa por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% do salário base em favor dos empregados. Os cálculos foram elaborados e apresentados pela CETESB no prazo legal (31.08.2022), totalizando R\$ 42.001.785,69, que correspondem aos proventos, benefícios, encargos e outras indenizações (multa e honorários advocatícios). Os cálculos foram homologados e, a CETESB deverá depositar em 07.10.2022 o valor líquido em Juízo, que corresponde a R\$40.226.879,58. Nesta conjectura, os resultados contábeis da CETESB foram impactados e, no acumulado de janeiro a junho, resultaram em prejuízo de R\$ 55,2 milhões.

Demonstração do Resultado do Exercício 2022



Interessante verificar que, caso as dotações de subvenção permanecessem como assim haviam sido consignadas na LOA, a Companhia teria acumulado, até o momento, lucro de R\$ 33,2 milhões.

R\$ 27

Milhões foram investidos na Companhia de janeiro a junho.

A CETESB manteve no 2º trimestre o compromisso de investimentos em tecnologia e modernização de infraestrutura. Os laboratórios de análises de ar e água receberam a maior parte dos investimentos.

O desempenho fez a Companhia atingir a maior marca em seus 54 anos. A expectativa é de atingir R\$ 60 milhões até o fim do exercício.

Investimentos (R\$ milhões)





Russell Bedford

taking you further

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias.

Referente ao 2º trimestre do exercício de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos conselheiros da

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findo naquela data, e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data; incluindo as notas explicativas.

A administração da companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e aISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, esta revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Logo, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leva a acreditar que as informações contábeis intermediárias supracitadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBCTG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Compensação de contribuições previdenciárias

Conforme descrito em Nota Explicativa nº 3 “i”, a companhia adotou como procedimento o abatimento de determinadas contribuições previdenciárias relativas ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, de valores relativos a auxílio-doença; aviso prévio indenizado; e benefícios empregatícios, como vale-refeição, vale-transporte, auxílio odontológico, auxílio-saúde e salário maternidade, no montante de R\$ 16.618 mil (R\$ 7.161 mil, em 30 de junho de 2020). O procedimento adotado está amparado pelo posicionamento dos assessores jurídicos da companhia e aguarda a homologação junto aos órgãos competentes. Nossa conclusão não contém ressalvas relacionadas ao assunto.

Provisões para Contingência Trabalhistas

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 13 c.1, a companhia apresentou o saldo de Provisões Trabalhista no montante de R\$ 46.934. Desse valor, R\$ 42.002 mil refere-se ao montante descrito na decisão da Ação de Cumprimento das sentenças normativas proferidas nos Dissídios Coletivos de 2020/2021 e 2021/2022, Processo nº 1001136-54.2022.5.02.0069, tendo sido determinado pelo MM. Juízo que, no prazo de 8 dias úteis, contados a partir de 22 de agosto de 2022, a CETESB apresentasse os cálculos dos valores referentes aos respectivos dissídios coletivos, retroativos as suas respectivas datas-bases, com aplicação de correção monetária e juros e a aplicação da multa por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% do salário-base em favor dos empregados, referente aos proventos, aos benefícios, aos encargos e as outras indenizações (multa e honorários advocatícios). Após a homologação dos cálculos, a CETESB deverá depositar valor líquido em Juízo, que corresponde a R\$ 40.227 mil. Nossa conclusão não contém ressalvas relacionadas ao assunto.

Subvenções de Custeio

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1.2 “b” e nº 15, em continuidade à política adotada a partir de fevereiro, o acionista controlador, a Secretaria da Fazenda, manteve o contingenciamento dos recursos consignados pela Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.498/21) para o pagamento de “Pessoal e Encargos Sociais” à CETESB. Em função disso, houve uma queda na receita de subvenções de custeio, de R\$ 90.497 mil para R\$ 19.823 mil, nos períodos findos em 30 de junho de 2022 para 2021, respectivamente. Nossa conclusão não contém ressalvas relacionadas ao assunto.

Barueri, 26 de setembro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.09.26 16:05:38 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

ELIANE TANIA RESMINI:65073061004
Assinado de forma digital por ELIANE TANIA RESMINI:65073061004
Dados: 2022.09.26 02:14:54 -03'00'

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica